Alfândega do Porto

Relatório e contas 2019

Alfândega do Porto

“O edifício da Alfândega do Nova, que (…) constitui um dos mais monumentais e simbólicos espaços do Porto Contemporâneo, expressão da sua pujante burguesia de negócios, comemora, ao presente, 150 anos (…)”

Fernando de Sousa in *Alfândega do Porto 1869 – 2019.*

Índice

Conselho de Administração
Resultados Sustentados 7

Centro de Congressos 9
Edifício – Infraestruturas e equipamentos 15
Museu 21

Diretor Executivo
Trabalho, Problemas e Desafios 29

Recursos Humanos 33
Processo de certificação de qualidade 37

Relato financeiro e Contas 2019 39

Relato financeiro 41
Contas 47
Demonstrações Financeiras
Relatório de Auditoria
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

Resultados Sustentados

A gestão é a arte de conquistar resultados. O bom ou mau gestor determina-se pelos resultados que consegue, ou não. Uma empresa ou uma instituição é bem ou mal gerida conforme os resultados que apresenta.

Por este prisma, o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2019, evidencia uma gestão positiva ou muito positiva. Os resultados financeiros foram os melhores de sempre, suplantando os de 2018 que também já o tinham sido. Os números dos últimos anos evidenciam uma tendência de sustentabilidade que devemos ter em conta. Temos motivos de satisfação.

Para além das contas, as outras variáveis da gestão têm também resultados positivos, evidenciados pelo cumprimento dos objetivos e ações assumidos em sede de Plano.

Os resultados positivos que se apresentam são fruto da gestão que tem sido implementada, e desta fazem parte variáveis que devemos salientar: a competência, dedicação e motivação dos nossos recursos humanos; o interesse dos nossos clientes mais fidelizados; a conjuntura económica que se tem vivido no País; a visão estratégica e a resiliência na sua implementação que se procura ter sempre presente.

O desafio que enfrentamos é duplo. Por um lado, importa garantir a continuidade da dinâmica e tendência positivas, no sentido de tornar irreversível a sustentabilidade financeira. Por outro, é necessário reforçar a qualidade do que fazemos e do que somos. Qualidade que passa pelo vetusto Edifício que cuidamos e é um dos elementos mais relevantes da imagem e da marca da Alfândega do Porto. Cuidar do edifício significa respeitar o seu valor patrimonial e ao mesmo tempo introduzir elementos diferenciadores, como, por exemplo, os painéis eletrónicos que foram colocados.

Com base nas ideias expostas e nos dados objetivos do Relatório, solicito aos associados da AMTC – Alfândega do Porto a sua aprovação.

Porto, 02 de Março de 2020

O Conselho de Administração,

Presidente,

Dr. Mário Ferreira

Vice-Presidente,

Universidade Católica do Porto,
representada por Prof. Doutor Alberto de Castro

Vogais,

Automóvel Club de Portugal,
representado por João Nuno Magalhães

Direcção-Geral do Património Cultural,
representada por Arq. Paula Silva

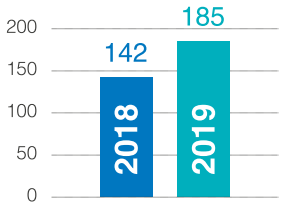
Universidade do Porto,
representada por Doutora Maria de Fátima Vieira

Centro de Congressos

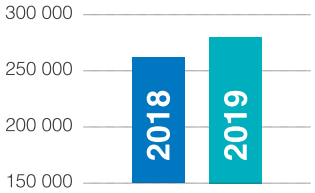
Eventos realizados e número de participantes

Em 2019, o Centro de Congressos da Alfândega do Porto acolheu 185 eventos, evidenciando um aumento de 30% comparativamente aos 142 realizados no ano anterior. O ano de 2019 revelou a visita de 280.000 pessoas relativamente aos 262.000 participantes em 2018, verificando -se assim, um incremento de cerca de 7%.

N.º Eventos



N.º Participantes

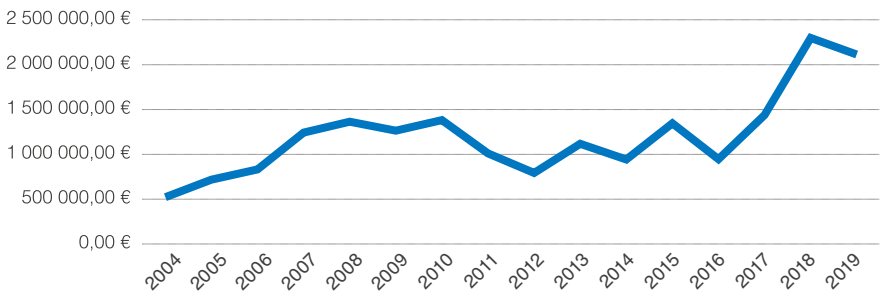


Receitas do Centro de Congressos – cedência de espaços

As receitas originadas pela cedência de espaços totalizaram um valor de 2.112.169€.

Para uma compreensão mais abrangente do desempenho do Centro de Congressos na cedência dos espaços para eventos, salientamos o seguinte gráfico que relata a evolução de valores ao longo dos últimos 16 anos.

Cedência de espaços 2004



Eventos em destaque

Entre os 185 eventos realizados ao longo do ano, destacamos os seguintes:

+ 75.º Aniversário da Porto Editora
+ Apresentação BMW Série 1
+ Comemoração 100 anos da Cerealis
+ Congresso Nacional de Medicina Integrativa
+ Congresso Nutrição
+ Exposição “Corpo Humano – A Ciência da Vida”
+ Exposição Banksy, Dismaland and Others
+ Exposição Escher
+ Exposição Porto Legends
+ Feira de Noivos “White Wedding”
+ Fórum de Dermatologia do Hospital de Santo António
+ Jantar dos Prémios da Revista de Vinhos “Os Melhores do Ano”
+ Jantar e baile de gala da Confraria de Vinho do Porto
+ Maratona do Porto
+ Modtissimo
+ Mostra Nacional de Ciência e Concurso de Jovens Empreendedores
+ North Music Festival
+ Porto Beer Fest
+ Porto RH Meeting
+ Portugal Fashion (2 edições)
+ Salão do Automóvel Híbrido e Elétrico
+ TEDxOporto

Foram realizados vários congressos internacionais de referência no setor:

+ Samsung European Forum
+ Agile Lean Europe Conference
+ Animal Politic Foundation
+ Business2Sea
+ Concurso Europeu de Jovens Designers
+ Congresso Europeu de Neuroftalmologia
+ European Academy of Paediatrics Congress
+ European Meeting on Glial Cells in Health and Disease
+ GYC Europe Conference
+ Harm Reduction International Conference
+ Hydro 2019
+ ICCA Iberian Chapter
+ International Collegiate Programming Contest
+ Melting Gastronomy Summit

+ Norwegian Developers Conference
+ World Congress on Formal Methods
+ XXXI SILAN Congress
+ 4th International Conference on Natural Fibers
+ 5th International Conference Devoted to High-Throughput Process Development
+ 19th International Conference on Diseases of Fish and Shellfish
+ 13th Congresso Internacional de Cirurgia Ambulatória

Iniciativas que marcaram 2019

Captação e realização do evento “Samsung European Forum”

Depois de recebermos, em 2018, o lançamento mundial da carrinha Mercedes Sprinter, conseguimos, em 2019, captar o Samsung European Forum. Tratou-se da apresentação das recentes inovações da marca sul-coreana para 2019. Contou com a participação de mais de 2.000 pessoas, incluindo jornalistas e alguns dos principais clientes do segmento de retalho da Samsung, tanto nacionais como europeus.

Participação no 58º Congresso Internacional da ICCA

A ICCA – International Congress and Conference Association é a principal organização, a nível mundial, de reuniões e congressos internacionais. Com mais de 1000 membros em 80 países, é certamente a instituição mais globalizante na indústria dos eventos e Turismo de Negócios.

Este ano, o Centro de Congressos participou no congresso, que decorreu de 26 a 30 de Outubro.

Estiveram presentes profissionais da meetings industry de todo o mundo para debater os desafios e as oportunidades do sector. Teve como objetivo dar a conhecer aos seus associados os mais recentes e modernos formatos de Gestão de Espaços, apresentar novas tecnologias e reforçar o networking entre o Trade Mundial.

Contou com a presença de todos os Centros de Congressos de renome internacional, bem como buyers provenientes de todo o mundo, focalizados no continente europeu para a organização dos seus eventos.

Aposta em exposições internacionais

As instalações da Alfândega, pelos espaços, pela arquitetura, pela localização e pelas mais-valias comerciais, culturais e patrimoniais que oferece, têm merecido, cada vez mais, uma procura de uma área de negócios cujos resultados têm sido manifestamente positivos.

Referimo-nos às várias exposições internacionais cuja qualidade, diversidade, modernidade e tecnologia têm cativado novos públicos, novos utentes e outros mercados.

Em 2019, tivemos o privilégio de receber quatro exposições que trouxeram ao edifício da alfândega dezenas de milhares de pessoas.

Porto Beer Fest

De 12 a 16 de junho, em plenas Festas de São João, o parque nascente da Alfândega recebeu alguns dos melhores cervejeiros do mundo, num evento que reuniu mais de 300 estilos e criações diferentes.

Ao longo de cinco dias, houve degustações e brewer shows, harmonizações com gastronomia e provas comentadas, mostra e venda de produtos, oficinas, master classes e labshops de empreendedorismo com cervejeiros de todo o mundo. Foram 368 cervejas à prova, trazidas por 47 produtores de 13 países.

O Porto Beer Fest é hoje um evento de dimensão internacional que conquistou interesse além-fronteiras e atrai os melhores empreendedores internacionais e os grandes agentes da revolução das cervejas artesanais em curso, uma tendência global inequívoca.

North Music Festival

O parque nascente da Alfândega do Porto foi o epicentro de um festival urbano e que se pretende assumir como um dos mais aclamados festivais de verão.

O cartaz combinou nomes consagrados da pop-rock internacional com artistas experientes e emergentes da música nacional.

Contou ainda com zonas de maquilhagem, barbearia e restauração e passeios de barco para os visitantes.

Edifício
Infraestruturas e equipamentos

Durante o ano de 2019, desenvolvemos o nosso plano de trabalho com base nas orientações e orçamento de Conservação e Manutenção aprovados e ainda as orientações e os objetivos decorrentes da atividade e missão da AMTC.

Assim, durante o ano de 2019, foram realizadas as seguintes ações de manutenção e ações corretivas:

+ Instalação de um painel eletrónico na fachada poente frontal e outro na fachada nascente frontal.

+ Lavagem dos pavimentos do Edifício

+ Limpeza dos telhados do Edifício incluindo a aplicação de um fungicida para retardar o aparecimento de novos infestantes e a deterioração das telhas.

+ Melhoria da internet sem fios (wifi) no 2º piso Poente e Sala do Arquivo, aumentando a capacidade e cobertura da rede nesses locais. Instalação de equipamentos nas Furnas Poente e Nascente e na Biblioteca de forma a dar cobertura Wifi a todo o Edifício.

+ Instalação de quatro novas câmaras de vídeo vigilância de elevada resolução, duas para as entradas e duas para os painéis eletrónicos.

+ Raspagem e envernizamento integral da Sala do Arquivo incluindo a reparação das madeiras que se encontravam fissuradas.

+ Instalação de um permutador de calor no monta-cargas Nascente para aumentar o número de manobras por minuto e assim permitir a utilização intensiva deste equipamento em eventos.

+ Substituição integral do pavimento das cozinhas do 2º piso Poente com colocação de vinil até 1,5m de altura na zona das bancas.

+ Monotorização do corpo de ligação Central-Nascente que possui muitas fissuras. Foi realizado um levantamento exaustivo da situação atual incluindo a realização de ensaios de forma a obtermos um relatório final com as medidas corretivas a realizar para posteriormente recuperarmos os gabinetes existentes no piso 0.

+ Revisão completa ao sistema de deteção de incêndios do edifício, incluindo a limpeza das tubagens do sistema de aspiração e substituição de três centrais lazer de aspiração.

+ Ampliação da cobertura do sistema de deteção de incêndio às salas técnicas, ao Posto de Transformação e a interligação a todos os elevadores de pessoas de forma a permitir que os elevadores de forma automática desçam ao piso 0 e mantenham as portas abertas em caso de alarme.

+ Substituição da alcatifa do piso 0 do passadiço de ligação Central-Poente, reparação da base em madeira e execução de novas rampas de acesso.

+ Substituição das alcatifas com danos no Centro de Congressos (piso 2 Poente).

+ Aquisição de novos kits de emergência para permitir um nível de iluminação mínimo nas Salas em caso de falta de energia elétrica. Foram colocados novos Kits de emergência na Sala do Arquivo, piso 2 Nascente, Furnas poente e Nascente, Biblioteca, Exposição Metamorfose de um Lugar, Átrio Nascente e Poente e no Centro de Congressos (Piso 2 Poente).

+ Reparação e pintura integral em Epoxy do Auditório que se encontrava muito fissurada.

+ Reparação e pintura das paredes da Tesouraria e a pintura da zona de entrada da Tesouraria em Epoxy que se encontrava muito fissurada.

+ Reparação e pintura do espaço de cobertura de ligação Central-Poente, incluindo a substituição de todas as chapas.

+ Reparação e pintura da entrada lateral para as exposições.

+ Reparação de carros utilizados no transporte de material no Edifício.

+ Piso 2 Poente melhoria da passagem para o monta cargas e para os sanitários.

+ Poda das árvores do parque Poente e dos arbustos existentes na parede de suporte no topo.

+ Substituição da rede que separa o parque Nascente do da C. M. Porto.

+ Pinturas e reparações de várias paredes do Edifício.

+ Realização de consultas para a reparação do guindaste (Girafa) e comunicação à Direção Regional de Cultura do Norte e à Câmara Municipal do Porto.

+ Execução e submissão para aprovação nas entidades competentes dos Projetos de especialidades para a execução de um passadiço de ligação Central-Nascente ao nível do 2º piso. O Projeto de arquitetura encontra-se aprovado e o projeto de especialidades encontra-se em apreciação nas entidades

Museu

O relatório, que apresentamos, faz uma síntese da atividade desenvolvida pelo Museu ao longo do ano de 2019 o qual seguiu de perto os objetivos e estratégias delineados no Plano deste mesmo ano.

Na base das diversas ações concretizadas, estiveram permanentemente presentes dois fios condutores: a crescente valorização do Edifício da Alfândega e o reforço da responsabilidade social da AMTC que se objetivam na dinâmica cultural desenvolvida interna e externamente cativando públicos, cada vez mais diversificados, para uma participação ativa nas propostas programáticas do Museu.

Identificamos as principais linhas de atuação e as atividades práticas que conseguiram alcançar notoriedade e participação de diversos públicos os quais são também alvo de uma análise anual e comparativa em relação a públicos de anos anteriores.

Valorização do Edifício da Alfândega

Não apenas as exposições promovidas pelo Museu mas também a apresentação no Edifício da Alfândega de exposições promovidas por entidades externas comprovam o reconhecimento e valorização deste espaço como um espaço único na cidade e na região Norte, com caraterísticas ímpares (história, localização, facilidade de acessos, proximidade com Centro Histórico…), onde os visitantes acedem com facilidade e onde encontram propostas culturais atuais e interessantes, com capacidade para cativar e envolver toda a família em experiências diversas e marcantes. Em 2019 foram prova disto a presença das seguintes exposições: Corpo Humano – A ciência da vida, Banksy's Dismaland and Others, ESCHER, Porto Legends – The Underground Experience, Henri Cartier-Bresson Tête à Tête Retratos.

O Edifício foi palco de visitas temáticas que visaram comemorar datas culturalmente significativas como:

+ Dia Nacional dos Centros Históricos (30 março) com visita exploratória dinamizada pelo personagem “Zé do Saco: o contrabandista” e oficina “Despachar depressa e bem não há quem!” (simulação das tarefas do despacho: contar, pesar, medir, descrever, calcular);

+ Dia Internacional dos Museus e Noite Europeia dos Museus (18 maio) com visita a alguns espaços do edifício onde os participantes assistiram a performances de artes circenses apresentadas pelo INAC (Instituto Nacional de Artes Circenses) e que recriavam, através do movimento, do som e da luz gestos associados a antigas tarefas/profissões aduaneiras (barqueiros, estivadores, guardas-fiscais…);

Durante este ano ficaram também disponíveis ao público visitas guiadas ao edifício sem marcação prévia, de terça a sexta e em dois horários: 11h e 15h. de modo a potenciar a participação de mais interessados na história deste espaço. Estas visitas, devido ao seu contributo para a partilha da memória do Edifício, foram designadas: “Alfândega do Porto – Porto de (re)encontro”.

Nos meses de agosto e setembro o Museu apresentou no hall de entrada do Edifício, a mostra temporária ”Comboios em miniatura: um património ferroviário com histórias” que teve como base a coleção de miniaturas do colaborador da AMTC Jorge Kendall. As peças, à escala H0, representaram o fabricante alemão *Märklin* que, por coincidência surge em 1859, ano em que o Edifício da Alfândega Nova do Porto viu iniciar a sua construção na Praia de Miragaia e que em 1888 ficou ligado à Rede Ferroviária através da construção do Ramal Ferroviário da Alfândega e do respetivo túnel. Foi assim valorizada a entrada principal do Edifício e reforçada a oferta cultural para os turistas que neste período de férias visitam em maior número a cidade e a Alfândega.

Responsabilidade social

A responsabilidade social da AMTC, inerente ao Auto de Cessão estabelecido em 1999 com o Estado Português, tem-se concretizado através da renovação do Edifício, da sua animação, da partilha da sua história com públicos diversificados procurando manter viva a importância da instituição aduaneira na cidade, na região e no

país. Para estes fins tem sido crucial a ação cultural do Museu fora de portas onde proporciona momentos de contacto e de fruição cultural junto de públicos específicos e com os quais procura estabelecer uma relação de proximidade a qual possa, em alguns casos, potenciar visitas ao Museu.

Neste contexto, o Museu deu continuidade ao projeto "**Hora do Museu**" nas Pediatrias das seguintes unidades hospitalares: Hospital de S. João (Joãozinho e Cirurgia Pediátrica), IPO e CMIN – Centro Materno Infantil do Norte onde, mensalmente, são partilhadas histórias, curiosidades, objetos associados ao Museu com crianças, familiares que acompanham as crianças no internamento/consultas, técnicos de saúde e educação e voluntários. No CMIN assinalamos ainda a participação na peça infantil que assinalou o Dia Mundial do Rim e na peça de Natal "*Conto de Natal*". Ao longo do ano realizaram-se 48 sessões tendo participado das mesmas cerca de três centenas de pessoas.

A história da Alfândega e das suas profissões foram tema de uma apresentação a duas turmas do 3º ano do Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus (Porto). A apresentação do livro "Zé do Saco: o Contrabandista" e o desenvolvimento da oficina "Despachar depressa e bem não há quem!" contribuíram para este animado momento de contacto com a comunidade educativa fora das portas do Museu.

A responsabilidade social da AMTC refletiu-se noutros campos de atuação como na Biblioteca do Museu da Alfândega, nas exposições permanentes, nas atividades regulares de animação, nas atividades de colaboração com a comunidade as quais foram alvo de divulgação através de diversos meios ao dispor do Museu. Identificamos de seguida as ações que tiveram maior impacto junto dos públicos do Museu.

a) Biblioteca do Museu da Alfândega

No ano de 2019 deu-se especial enfoque à comunicação sobre o espólio que integra a Biblioteca do Museu da Alfândega bem como do levantamento das condições necessárias para o processo de digitalização de um conjunto de edições identificadas como relevantes quanto à sua raridade e conteúdo, bem como ao seu estado de conservação. Desenvolveram-se contactos exploratórios relativos ao projeto de digitalização e de armazenamento em base de dados específica para que a informação possa vir a ficar disponível para consulta online. Pretende-se, desta forma, ampliar e facilitar o acesso a cada vez mais interessados pela consulta dos conteúdos e edições que integram a Biblioteca do Museu da Alfândega.

O espaço da Biblioteca, na mesma lógica de reconhecimento do Edifício como um espaço único e de excelência, foi palco de momentos marcantes quer da vida da instituição como as reuniões anuais Conselho e Assembleia Geral quer no contexto de eventos acolhidos no Edifício. Aqui tiveram lugar reuniões de trabalho do Júri do Concurso Jovens Criadores Europeus e gravações para programas do Porto Canal.

Numa colaboração entre o Museu e a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a Biblioteca do Museu da Alfândega acolheu no dia 8 de novembro o "7º Encontro de Arquivos Empresariais" onde foram debatidos os desafios na preservação da memória institucional, económica e social das empresas. Em paralelo foram também discutidos os impactos da legislação sobre Proteção de Dados Pessoais na gestão da informação das entidades privadas.

b) Exposições permanentes

A **exposição "O motor da República: os carros dos Presidentes"** além de ter acolhido visitantes individuais e em grupo foi espaço para uma sessão do ciclo "Um objeto e seus discursos por semana", promovido pela Câmara Municipal do Porto. No dia 6 de julho dois oradores convidados partilharam diferentes perspetivas acerca do veículo presidencial Rolls-Royce Phantom V. O historiador da FLUP Professor Jorge Alves e o Engº. Luís Cunha do ACP Clássicos comentaram aspetos relacionados com o estatuto da viatura e com os valores proclamados pelo movimento republicano.

A **exposição "Metamorfose de um Lugar: Museu das Alfândegas"** acolheu mais de dois mil visitantes individuais, que usufruíram da visita gratuita de terça a sexta, e diversas visitas em grupo. Destacamos aqui as visitas em grupo orientadas em colaboração com parceiros estratégicos como o Turismo Porto e Norte (grupo de agentes turísticos franceses), com a Câmara Municipal do Porto e RTP – Centro de Produção do Porto (produtores de conteúdos culturais para televisão europeus) e com a Direção Regional de Cultura do Norte (intercâmbio de gestores culturais brasileiros).

c) Atividades regulares de animação

Durante o ano o Museu dinamizou uma diversidade de atividades junto de grupos de várias condições físicas, psíquicas e escolares procurando potenciar junto de cada grupo momentos de descoberta, de experimentação e fruição cultural capazes de produzir memórias relevantes e duradoras. Entre as várias atividades, desenvolvidas a partir da história da Alfândega e das exposições patentes, destacamos: oficinas práticas integradas na exposição COMUNICAR (rádio, televisão, ciência e sentidos alerta), visitas exploratórias no Edifício da Alfândega sob o formato "Caça ao Tesouro

do Capitão Nortada", oficina alusiva ao despacho aduaneiro "Despachar Depressa e Bem Não Há Quem!", Peddypapers em Miragaia, Visita Exploratória das Virtudes até à Alfândega, Programas de Aniversário, entre outros.

d) Atividades de colaboração com a comunidade

Atividades colaborativas desenvolvidas com a comunidade tiveram continuidade ao longo do ano reforçando parcerias já estabelecidas.

Neste âmbito, o Museu voltou a colaborar na 15ª edição da Universidade Júnior através da dinamização da ação "Alfândega à Vista?! Segue a Pista" envolvendo, entre 1 e 26 de julho, cerca de 270 jovens do 5º e 6º ano, em momentos de descoberta da história do edifício, do território envolvente, de jogos tradicionais e de oficina de despacho aduaneiro. Ainda em colaboração com a Reitoria da Universidade do Porto o Museu disponibilizou visitas gratuitas à exposição "Metamorfose de um Lugar: Museu das Alfândegas" visitas estas integradas no programa de acolhimento aos novos alunos da Universidade do Porto (ano letivo 2019/2020).

O Museu foi também espaço para aulas práticas tendo sido acolhidas turmas de licenciatura da Faculdade de Arquitetura do Porto (aula de desenho), da ESMAD – Escola Superior de Media Artes e Design (animação multimédia), do IPAM – Instituto Português de Marketing/Universidade Europeia (marketing) e de Doutoramento da Universidade do Minho (Educação para os Media).

No contexto da colaboração com instituições de ensino secundário e superior ao nível do acolhimento de estágios curriculares ou períodos de observação, o Museu acolheu, nos anos letivos de 2018/2019 alunos da Escola Secundária de Águas Santas, Colégio de Gaia, Profitecla, Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e Faculdade de Letras da Universidade do Porto

e) Divulgação

Através dos meios habitualmente ao dispor do Museu como o site institucional e o Facebook, mas também através de meios de comunicação social como a Revista Estrelas & Ouriços, Revista Mais, Agenda iPorto, plataforma pportodemuseus, Portal de Turismo da Câmara Municipal do Porto, ou de eventos especiais como o Open Day do ISAG ou a Exposição Anual de Camélias entre outros, foi oportuno promover a divulgação do Edifício da Alfândega, da programação regularmente promovida pelo Museu.

Durante o ano manteve-se a regular divulgação para a comunidade escolar através do correio eletrónico e no final do ano foram distribuídos folhetos informativos por unidades hoteleiras e postos de turismo da cidade.

Destacamos ainda a campanha de divulgação em colaboração com o Porto Canal que resultou na produção de dois spots publicitários alusivos ao Edifício, exposição "Metamorfose de um Lugar: Museu das Alfândegas" e exposição "O motor da República: os carros dos Presidentes" os quais foram alvo de um total de 80 inserções. Os dois spots e o cartaz relativo às visitas diárias ao Edifício estiveram também em destaque nos painéis Led instalados nas fachadas nascente e poente da Alfândega e que vieram em muito reforçar a divulgação para o exterior

Públicos do Museu em 2019

Em 2019 registamos um **total de 19.419 entradas no Museu**. Deste total, 11.498 visitantes (59%) vieram ao Museu integrados em grupos (com dez ou mais elementos) provenientes na sua maioria da Região Norte, e aqui com maior representatividade dos municípios que integram a Área Metropolitana do Porto. Os grupos têm um perfil variado em termos etário e de grau de ensino passando pelo pré-escolar, 1º e 2º ciclos, secundário, profissional e superior. Os restantes 7.921 visitantes (41%) realizaram a visita de forma individualizada ou em família.

Em termos de distribuição dos visitantes ao longo da semana registamos que 15.484 (80%) chegam ao Museu durante os dias úteis (terça a sexta) e apenas 3.935 visitantes (20%) o fazem nos dias de fim de semana e feriados. A larga representação do público em grupo que realiza a sua visita em contexto escolar justifica esta distribuição.

Como os bilhetes adquiridos podem incluir uma ou mais exposições, nomeadamente os bilhetes de grupo em que a visita integra duas exposições/atividades, de modo a corresponder a várias áreas curriculares, é pertinente fazer uma contagem das entradas em cada exposição a qual será sempre superior ao número de bilhetes

adquiridos (um bilhete possibilita a entrada numa ou mais exposições). Em 2019 o total acumulado registado foi de 21.086 entradas.

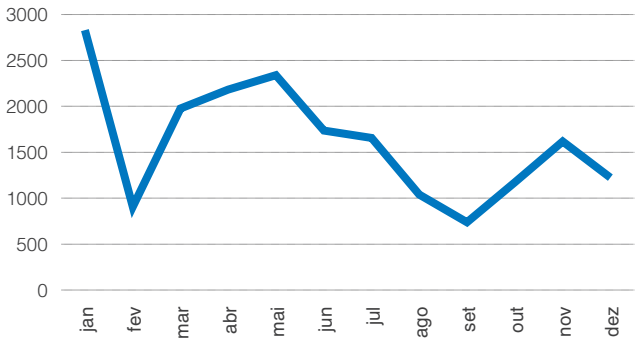
Pela análise dos resultados abaixo podemos constatar que a visita ao Edifício da Alfândega teve, em 2019 (4.625 visitantes), uma subida superior a 400% em relação a 2018 (1.074 visitantes) o que reflete uma boa aceitação, por parte dos visitantes, em relação à aposta que se tem vindo a desenvolver em torno da valorização e comunicação da memória do Edifício, da sua renovação e novas utilizações.

Público por Exposição	2017	2018	2019
O motor da República	7161	9476	7601
Metamorfose de Um Lugar	5392	5908	4558
Edifício da Alfândega	1769	1074	4625
Total	**14322**	**16458**	**16784**

Como ao longo do último triénio se registaram algumas alterações em termos de exposições disponíveis ao público, apresentamos acima uma análise comparativa entre o número de entradas nas exposições/atividades de caráter permanente onde é, mais uma vez, notória a subida do número de visitantes que usufruem do percurso interpretativo ao Edifício da Alfândega.

Em relação à performance das entradas no Museu ao longo dos doze meses do ano, e atendendo à grande representatividade do público em grupo no total de bilhetes adquiridos, constatamos no gráfico abaixo que os meses de maior frequência do Museu são os que corre-spondem aos meses letivos (setembro a junho). Registamos uma significativa quebra nos meses em que decorrem períodos de férias escolares (carnaval, páscoa e verão), pelo que deveremos continuar o esforço de promover programação específica para estes momentos e que consigam cativar outros públicos.

Evolução nº visitantes em 2019



Avaliação

O ano de 2019 foi um ano pautado pelo reforço da programação relativa à memória do Edifício na sua vertente aduaneira, ao projeto de requalificação e dos novos "usos" enquanto um dos mais ativos e multifacetado espaço cultural da cidade do Porto. O aumento do número de visitantes do Edifício é disso testemunho comprovando que deveremos dar continuidade à animação das visitas com novos e diversificados contributos como: storytelling, literatura, visitas dramatizadas, visitas temáticas, entre outros.

Em resumo, reforçamos as ações de valorização do Edifício da Alfândega e a responsabilidade social da AMTC concretizou-se, uma vez mais, através das variadas ações que aqui identificamos.

Diretor Executivo

Trabalho, Problemas e Desafios

Ter visão ou pensamento sistémico consiste em ver os fenómenos e cada caso na sua integridade. É ter presente que quase todos os problemas que a preocupam a humanidade resultam de decisões e de opções do passado. Decisões e opções, porventura na altura, consideradas normais, positivas e avançadas. Foi assim, por exemplo, com muitos dos fantásticos progressos na área industrial que entretanto se sabe que estão na origem das preocupantes alterações climáticas.

Esta visão sistémica leva-nos a ter presente que nós somos responsáveis pelos nossos problemas. Mostra-nos que por cada problema que resolvemos logo surgem outros à espera de resolução. O crescimento que a nossa Instituição apresenta, demostra que temos resolvido bem os problemas e desafios do dia-a-dia. O presente Relatório tirará eventuais dúvidas, mesmo a olhares céticos ou cínicos. O presente Relatório, nos seus diversos aspetos é positivo. Numa breve síntese salientamos:

+ Os 185 eventos realizados no âmbito do Centro de Congressos, significando um aumento de 30% face ao ano anterior;

+ As 280 mil pessoas participantes nos eventos com um aumento de 7% face a 2018;

+ Os resultados líquidos do exercício com um crescimento de 1,7% face ao ano anterior;

+ A atividade do Museu e as exposições de índole cultural de organização externa que atraíram muitos visitantes. O crescimento significativo da visitação ao Edifício com um crescimento de 330% relativamente ao ano de 2018 (passaram de 1.074 pessoas em 2018 para 4.625 em 2019);

+ A manutenção geral do edifício com a introdução de melhorias significativas.

+ O complexo processo de negociação com a empresa *Infraestruturas de Portugal EP*, sobre a concessão do Parque de Estacionamento Nascente;

+ A decisão tomada para o desenvolvimento de um Estudo sobre o impacto socioeconómico da Alfândega do Porto, que está a ser elaborado pela *Ey Parthenon*;

+ A continuidade do processo com vista à classificação do edifício da Alfândega do Porto como monumento nacional;

+ A colocação dos painéis LED nas fachadas laterais do edifício para comunicação das atividades do Museu e Centro de Congressos;

+ A candidatura a apoios comunitários, no âmbito do Portugal 2020, para ações diversas de conservação, manutenção e divulgação, entre as quais se destaca o projeto de conservação do Guindaste "Girafa" localizado no Cais da Alfândega;

+ O Projeto de licenciamento em curso de obras a realizar, com destaque para o passadiço nascente (licenciamento em curso), auditório na Sala 36 (em estudo), renovação r/c do edifício do Pátio Nascente (em estudo);

+ Obras de Conservação e Manutenção (Auditório, Tesouraria…);

+ Apresentação de exposições e projetos multimédia com grande capacidade de atração de visitantes ao Edifício da Alfândega: Corpo Humano – A ciência da vida, Banksy's Dismaland and Others, ESCHER, Porto Legends – The Underground Experience, Henri Cartier-Bresson Tête à Tête Retratos;

+ O avanço do processo de Certificação de Qualidade do Museu segundo a norma ISO 9001/2015;

+ A parceira com o *Porto Canal* para divulgação Museu e do Edifício;

+ A parceria com o Jornal de Notícias para divulgação Alfândega do Porto (edifício e realizações);

+ A participação no 58º Congresso Internacional ICCA;

+ As Ações de Formação da equipa AMTC (Gestão da Qualidade, Comunicação, Marketing e Vendas, Higiene e Segurança, wentre outras.

Esta síntese de dados positivos coloca novos problemas e desafios que, a partir deste Relatório, devemos enfrentar com visão estratégica, resiliência, dedicação e motivação.

A partir das melhorias no edifício é necessário reforçar a sua componente tecnológica. Torná-lo num edifício inteligente, há meia dúzias de anos, seria uma utopia, hoje é um desafio premente. Garantir a sua sustentabilidade energética hoje é uma necessidade evidente. Assegurar a beleza e qualidade exterior, repondo a cor do granito, removendo a cor da poluição é uma exigência. Procurar que em cada pormenor exista a qualidade original é um dever. O términus positivo processo de classificação do edifício como Monumento Nacional, que se espera que ocorra a curto prazo, é, em síntese o concretizar de um desafio e simultaneamente o surgir de novos e bons problemas para resolver.

A partir do crescimento do Centro de Congressos é preciso melhorar a comunicação e o marketing face ao mercado cada vez mais competitivo e exigente. É essencial reforçar a mobilidade e as acessibilidades, tendo em conta, por exemplo os espaços para estacionamento.

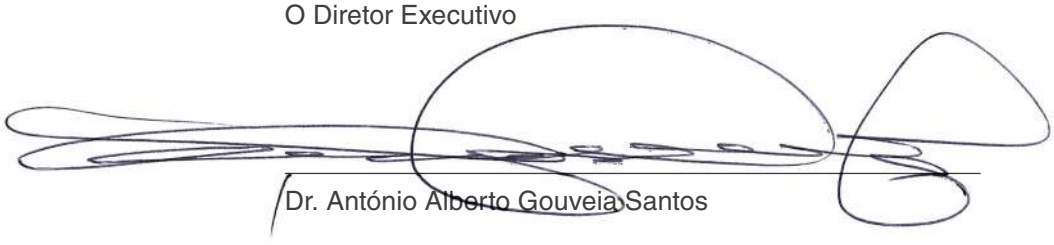
A partir das novas dinâmicas culturais, quer através das ações próprias do Museu, quer das exposições organizadas por particulares, é essencial repensar formas de marketing e comunicação para reforçar a atratividade de mais visitantes.

Temos motivos de contentamento, mas é com base nestes que aumentam as nossas responsabilidades com a Instituição, a Cidade do Porto e o País.

Devemos congratularmo-nos com os problemas e desafios vencidos, mas ter consciência que a resolução destes implica novos e desafiantes problemas. Este é o desafio do nosso Conselho de Administração que lidera, incentiva e exige.

Impõe-se olhar para o que este Relatório mostra como ponto de partida para chegar mais além. Este é o desafio de todos com natural relevo para os colaboradores e equipas que estes constituem. Porque os recursos humanos são o fator mais decisivo na vida de uma Instituição.

O Diretor Executivo



Dr. António Alberto Gouveia Santos

Recursos Humanos

As entidades não funcionam sem pessoas e os resultados da Alfândega do Porto são isso mesmo – os resultados das pessoas.

Desde os primórdios da Humanidade, uma boa comunicação é um dos fatores essenciais para o sucesso. E nos Recursos Humanos (RH) é o alicerce. À medida que todos os setores, nacionais e internacionais, continuam a sofrer alterações tecnológicas e a seguir tendências macrossociais, os RH assumem, cada vez mais, especial importância no que diz respeito à formação das equipas para o futuro. A isto, junta-se o interesse de criar um equilíbrio perfeito entre equipamentos e pessoas, de modo a atingir facilmente os objetivos, metas e estratégias.

Globalmente falando, a gestão eficiente desta área é mais do que gerir colaboradores, serve mutuamente para gerar experiências e criar valor acrescentado, proporcionando um melhor desempenho integrado das funções de cada colaborador, independentemente de ser *millennials* ou de pertencer à geração X ou Z.

E para nós, 2019 não foi exceção.

Tornamo-nos cada vez mais analíticos, com o auxílio a indicadores que orientam na tomada de decisão. Continuamos a acreditar que cada pessoa, na sua essência, contribui significativamente para o crescimento da Instituição e que é parte integrante de um todo a que chamamos Alfândega. Fomentamos o espírito de equipa, acreditamos na liderança e caminhamos juntos para alcançar os melhores resultados possíveis num mercado ultra competitivo.

Muitas vezes, se motivar depende de nós mesmos, porque escolhemos estar desmotivados? A motivação não se tem, não se treina. É sim um resultado da nossa vida, das nossas experiências e dos desafios profissionais que nos vão sendo lançados diariamente ao longo do nosso percurso.

Com uma estrutura saudável e bem equilibrada, investimos nas pessoas para que possam fazer parte da mudança cultural e focamo-nos para que cada ano, a todos os níveis, seja o melhor ano de sempre.

Neste contexto, teve especial relevo a atualização salarial que a Administração levou a efeito e que se traduziu no reconhecimento pelo trabalho prestado e no incentivo para o futuro.

Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2019 e dando cumprimento à legislação em vigor, bem como proteção dos trabalhadores no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho concretizou-se:

+ Realização de consultas obrigatórias e sempre que se justifique no âmbito da Medicina de Trabalho;
+ Renovação de equipamentos de proteção individual e substituições de fardas, essenciais à boa realização e identificação dos funcionários da AMTC.
+ Ação de Formação especifica em Primeiros Socorros de forma a atualizar e desenvolver conhecimentos nesta área;
+ Distribuição regular de newsletter de prevenção de riscos profissionais a todos os funcionários;
+ Código de Boa Conduta;
+ Manual de Gestão de Sinistros;
+ Manual de Procedimentos no âmbito do RGPD

Acolhimento de Estágios curriculares

Em similitude a anos transatos, a AMTC promove e premeia o acolhimento de estágios curriculares, acreditando ser uma mais-valia o seu contributo na formação de futuros profissionais. Assim, durante o ano de 2019, acolheu 6 estagiários (em 2018 já havia acolhido o mesmo número).

Qualificação

A AMTC acredita no potencial e no desenvolvimento permanente das pessoas e de todas as ferramentas que espelhem inovação, criatividade e atualização de conteúdos

de forma que a nossa atuação nos mercados nacionais e internacionais e seja cada vez mais marcante e competitiva apostando de forma muito intensa na formação.

A aposta em trabalhadores qualificados conduz ao sucesso e a formação contínua é o alicerce para que a vanguarda esteja sempre presente. É um dos pilares fundamentais para um exercício profissional pautado pelos mais elevados padrões de excelência.

Assim, em 2019 registaram-se 702 horas de formação, em comparação com as 383 registadas em 2018, o que reflete o grande esforço e aposta da AMTC na qualificação dos seus colaboradores.

Processo de certificação de qualidade

No nosso quotidiano atual, e sobretudo nas duas últimas décadas, o termo Qualidade é cada vez mais frequente no nosso vocabulário. Proveniente do latim, a expressão *Qualitate* é bastante subjetiva, tendo sido inicialmente associada ao produto em si mais do que ao sentido lato da palavra.

Fala-se hoje de Qualidade de vida, Qualidade de produto, Qualidade de serviço, Qualidade de ensino, Qualidade do ambiente, e é com este aparecimento, em diversos domínios, que a sociedade adquire uma nova cultura organizacional e se torna mais exigente, mais capaz e mais sensível para pormenores que anteriormente não mereciam tamanha atenção. E é aqui, que para que uma organização se consiga destacar num ambiente global e em constante mutação, que a qualidade se torna um ponto de viragem essencial à gestão de todos os intervenientes e ao seu rendimento.

Neste contexto, as empresas e outras entidades como a AMTC, em Portugal e no Mundo, procuram constantemente dinamizar os seus produtos e serviços de uma forma padronizada, de modo a irem de encontro às expectativas dos clientes, da empresa e do mercado. Uma procura permanente pela obtenção de melhores resultados, a partir de um melhor desempenho de cada elemento no processo.

Tal como outras Instituições do setor dos eventos, a Alfândega do Porto procura constantemente ligar os seus processos à manutenção e gestão do conhecimento, pois dessa forma – padronizando o sistema, conseguimos uma maior independência das atividades e unanimidade de funções.

Com vista à melhoria contínua, em 2019 manteve-se implementado o sistema de qualidade moderno, com várias formações transversais à estrutura, agregando desta forma valor à Associação. Com foco na inovação, melhoria e evolução, cada vez mais incutimos na cultura organizacional a reflexão consciente do trabalho, como forma de podermos aprimorar a nossa atividade. Em 2019, e há semelhança dos resultados obtidos ao longo dos anos, o índice de satisfação dos clientes cifrou-se em 91%.

A sustentabilidade ambiental e social assumiu também no ano transato especial enfoque. As alterações no meio ambiente são constantes e nefastas para o normal

funcionamento da sociedade. As mudanças climáticas, o uso excessivo do plástico, a poluição sonora e a má gestão dos resíduos são alguns dos exemplos.

A Alfândega do Porto não está indiferente a este facto, sendo que no ano de 2019 foram tomadas medidas relevantes no sentido de promover boas práticas como a substituição de garrafas de plástico por bebedouros, a troca de lâmpadas de halogénio por *LED*, a substituição de lonas na fachada do edifício por ecrãs *LED*, que nos redirecionaram para uma maior consciencialização da importância do ambiente nos dias de hoje. Sem dúvida, uma abordagem mais sustentável e *ecofriendly* que promete ter um reflexo direto na criação de valor.

Priorizamos a consciencialização e educação para a sustentabilidade ambiental com todos os nossos *stakeholders*. Reconhecemos a necessidade de adaptação a novas realidades para continuarmos no caminho da excelência, e por isso mesmo queremos promover o bem-estar dos nossos visitantes e que os mesmos nos identifiquem como um exemplo a seguir.

Numa Era onde o digital impera e a exigência e competitividade assume um papel preponderante, mesmo no âmbito da qualidade, pensar sobre a forma como podemos abrilhantar os processos torna-se um desafio pessoal e profissional muito apetecível para todas as empresas. Sensibilizar as equipas para a importância da qualidade e instituir a abertura das pessoas para quebrar paradigmas são fulcrais para o *engagement* e para a busca constante pela excelência. Em suma, o conhecimento claro das normas e a adoção de metodologias corretas por parte da Gestão Topo é, entre todos os fatores, o mais importante para o sucesso da implementação de um sistema eficiente de melhoria de Gestão da Qualidade.

Em 2020 dar-se-á continuidade ao processo de Certificação de Qualidade do Museu iniciado em 2019, alcançando para esta área de atuação da Associação a certificação já atribuída ao Centro de Congressos da Alfândega.

A Qualidade é um meio para se chegar a um fim, sendo por isso um processo que não acaba, antes pelo contrário, é algo que se aperfeiçoa de dia para dia. Com esta atitude pretendemos melhorar cada serviço prestado aos visitantes, sem esquecer a satisfação dos seus colaboradores, parceiros, fornecedores e a comunidade onde se insere.

Relato financeiro 2019

Relato financeiro

Situação económica e financeira

Durante os próximos 2 anos, a economia portuguesa deverá estabilizar. Desta forma, após um crescimento de 2 por cento em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá desacelerar para 1,7 por cento em 2020, conforme projeções do Banco de Portugal. À semelhança do que se verifica a nível internacional, também em Portugal existe uma preocupação crescente com a sustentabilidade. A preocupação com as questões ambientais, sociais e económicas é um desafio atual.

Em 2019, a AMTC conseguiu uma melhoria dos seus resultados, tendo obtido o melhor resultado de sempre.

Uma boa saúde financeira e o equilíbrio financeiro de qualquer organização são fundamentais para a manutenção de um negócio próspero e com posicionamento cada vez mais sólido no mercado.

O enfoque da gestão manteve-se na garantia da sustentabilidade da atividade. Os investimentos na preservação e manutenção do Edifício da Alfândega, apesar de não serem suficientes face às reais necessidades, acabam por ter impacto nos resultados que aqui apresentamos.

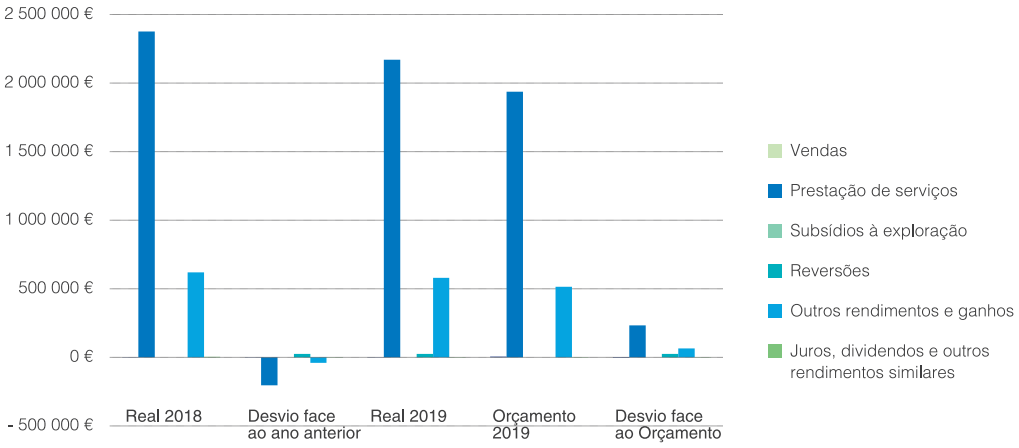
Neste Relatório e Contas, vamos analisar as rubricas de maior importância e as que apresentam divergências mais significativas face ao Orçamento aprovado para 2019 e à execução do ano anterior.

Os **rendimentos** obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 2.776.703 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a um desvio positivo de 13% face ao Orçamento.

Rendimentos	Real 2018	Desvio face ao ano anterior	Real 2019	Orçamento 2019	Desvio face ao Orçamento
Vendas	978 €	-439 €	539 €	5 000 €	-4 461 €
Prestação de serviços	2 375 420 €	-204 942 €	2 170 478 €	1 937 900 €	232 578 €
Subsídios à exploração	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reversões	0 €	24 600 €	24 600 €	0 €	24 600 €
Outros rendimentos	619 176 €	-39 799 €	579 377 €	514 400 €	64 977 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2 713 €	-1 004 €	1 709 €	1 700 €	9 €
Total	**2 998 287 €**	**-221 584 €**	**2 776 703 €**	**2 459 000 €**	**317 703 €**

O gráfico seguinte demonstra esta situação com maior detalhe:

Rendimentos



Relativamente ao exercício anterior, registámos uma diminuição nos rendimentos de 221.584 euros. No entanto, houve um aumento de 317.703 euros face ao orçamento previsto para 2019. Os principais desvios ocorreram nas prestações de serviços, que diminuíram 204.942 euros face a 2018 e ficaram 232.578 acima do orçamento. Ainda assim, a prestação de serviços com um montante de 2.170.478 euros representa 78% do total de rendimentos da AMTC, com principal destaque para as cedências de espaços.

Em 2019, foi revertida a perda por imparidade de um cliente, uma vez que já havia sido feita uma provisão para cobrança duvidosa em fecho de 2018, razão pela qual, não há lugar a um impacto negativo nas contas de 2019. Este valor aqui registado em proveitos é integralmente anulado pelo montante contabilizado em outros gastos – dívidas incobráveis.

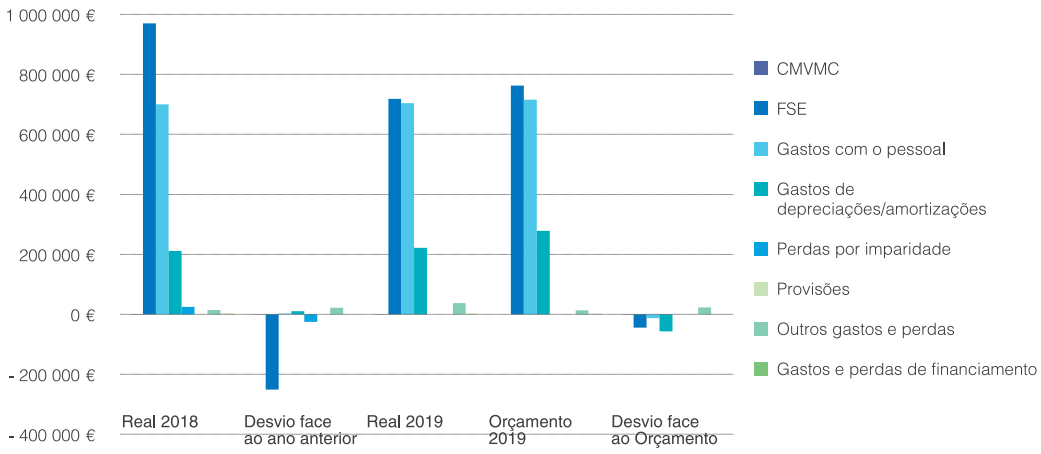
Outra componente que também registou uma relevante diminuição foi a de outros rendimentos e ganhos, que ficou abaixo 39.799 euros do alcançado no ano anterior, devido ao decréscimo de rendimentos suplementares, como a venda de água ou energia, e ainda a diminuição dos rendimentos recebidos por contrapartida de danos ocorridos no Edifício.

Em 2019, o **total de gastos** fixou-se em 1.685.066 euros mas em 2018 este valor foi de 1.925.395 euros, registando-se assim uma diminuição de 240.329 euros. Se compararmos o total dos gastos com o previsto no Orçamento para 2019, verificámos que o valor realizado também ficou abaixo em 88.934 euros do previsto.

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado, todos os valores constantes no quadro abaixo:

Gastos	Real 2018	Desvio face ao ano anterior	Real 2019	Orçamento 2019	Desvio face ao Orçamento
CMVMC	49 €	23 €	72 €	0 €	72 €
FSE	969 902 €	-250 810 €	719 092 €	762 850 €	-43 758 €
Gastos com o pessoal	700 657 €	3 309 €	703 966 €	716 000 €	-12 034 €
Gastos de depreciações e amortizações	211 263 €	10 840 €	222 103 €	278 600 €	-56 497 €
Perdas por imparidade	24 600 €	-24 600 €	0 €	0 €	0 €
Provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros gastos	14 850 €	22 226 €	37 076 €	13 850 €	23 226 €
Gastos de financiamento	4 074 €	-1 317 €	2 757 €	2 700 €	57 €
Total	**1 925 395 €**	**-240 329 €**	**1 685 066 €**	**1 774 000 €**	**-88 934 €**

Gastos



A rubrica que apresenta o maior desvio é a de fornecimentos e serviços externos (FSE), com um peso de 43% no total de gastos. Em 2019, foram tomadas medidas no sentido de reduzir determinados gastos, nomeadamente de limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, energia e eletricidade. Estas alterações refletem o aumento da consciência ambiental que a AMTC tem vindo a implementar.

Os gastos de depreciações e amortizações com um valor de 222.103 euros, apresentam um aumento face a 2018 de 10.840 euros, de acordo com o aumento do investimento em ativos fixos tangíveis. No entanto, não foram realizados os investimentos desejados de acordo com o orçamento, e por isso mesmo, existe um desvio face ao valor orçamentado de 56.497 euros.

Os outros gastos apresentam um aumento de 150% face a 2018 justificado pelo reconhecimento de uma dívida incobrável de um cliente no valor de 24.600 euros.

Face aos elementos anteriores, constata-se que em 2019 o **resultado líquido do período foi positivo no valor de 1.091.637 euros** enquanto que no ano de 2018 havia sido positivo em 1.072.891 euros.

Situação Patrimonial

O total do Ativo em 31 de dezembro de 2019 fixou-se em 4.792.701 euros conforme vem espelhado no balanço. Por sua vez, em 2018 este registava o valor de 4.063.454 euros.

Ao nível dos ativos não correntes, verifica-se uma diminuição resultante do decréscimo dos investimentos em curso. Nos ativos correntes, registámos pequenas oscilações entre as rubricas, com exceção de caixa e depósitos bancários onde se verifica uma oscilação positiva significativa de 1.139.013 euros e na conta de clientes onde temos uma variação positiva de 332.367 euros. Estes dois desvios resultam fundamentalmente da faturação e recebimento de verbas relativas a eventos.

À data de 31 de dezembro de 2019, a AMTC não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

No Passivo, registou-se um aumento na rubrica de fornecedores correntes de 41.677 euros.

No final do ano o Capital Próprio ascende a 4.212.646 euros.

Constatamos ainda que o financiamento externo sofreu uma diminuição, tendo a AMTC conseguido solver as suas responsabilidades, promovendo uma política de diminuição do recurso a capital alheio.

Como principais indicadores da empresa, destacamos os seguintes:

+ Autonomia Financeira = 0,88
+ Solvabilidade Total = 7,26
+ Liquidez Geral = 6,77
+ Endividamento = 0,19

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente mas sim com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a consequente capacidade no cumprimento dos seus compromissos não correntes. Dado que atingimos um rácio de 88%, evidenciamos claramente um peso mínimo dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e baixos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos).

Por sua vez a solvabilidade total de 7,26 % indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, solvermos os nossos compromissos sem recurso a capitais alheios, o que garante a nossa sustentabilidade e continuidade.

A nossa liquidez geral, com um rácio de 6,77 % evidencia um equilíbrio financeiro que analisado em conjunto com o rácio do endividamento nos indica a capacidade de, com os nossos meios próprios enfrentarmos o futuro ficando assim menos vulneráveis e expostos ao exterior.

Os indicadores de estrutura financeira, endividamento e liquidez confirmam o equilíbrio financeiro da AMTC. A autonomia financeira é bastante alta, e tem vindo a cumprir a regra do equilíbrio financeiro mínimo (devido essencialmente à reduzida maturidade dos seus passivos). Assim, a curto prazo, não haverá dificuldades em cumprir com as suas obrigações correntes.

Durante o ano de 2019, a AMTC agilizou práticas para melhorar a eficiência e controlo das despesas e cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de modo a superar positivamente o orçamento de 2019, reduzindo o endividamento e melhorando o desempenho económico.

Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2019 foi positivo em 1.091.637,00 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, se propõe aos Senhores Associados a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

Contas
2019

Índice

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 3

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 4

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 5

1. INTRODUÇÃO 6
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 7
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 8
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 17
5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 19
6. INVENTÁRIOS 19
7. CLIENTES 20
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 20
9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER 21
10. DIFERIMENTOS 22
11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS 22
12. CAPITAL PRÓPRIO 23

12.1. RESERVAS - DOAÇÕES 23
12.2. RESULTADOS TRANSITADOS 23
12.3. AJUSTAMENTOS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 23

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS 24
14. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR 24
15. FORNECEDORES 25
16. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 25
17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 26
18. GASTOS COM PESSOAL 27
19. OUTROS RENDIMENTOS 27
20. OUTROS GASTOS 28
21. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS 28
22. IMPOSTO DO EXERCÍCIO 29
23. PARTES RELACIONADAS 31
24. EVENTOS SUBSEQUENTES 32

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rubricas	Notas	Datas	
		31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	969.287	946.356
Ativos tangíveis em curso	4	18.451	133.405
Outros ativos financeiros	3.3 e 5	1.971	1.628
		989.709	**1.081.389**
Ativo corrente			
Inventários	3.4 e 6	1.104	1.104
Clientes	3.5 e 7	382.826	715.193
Estado e outros entes públicos	8	145.934	145.934
Outros créditos a receber	3.5 e 9	1.138	2.137
Diferimentos	10	28.201	12.921
Caixa e depósitos bancários	3.6 e 11	3.243.790	2.104.777
		3.802.992	**2.982.065**
Total do ativo		**4.792.701**	**4.063.454**
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Reservas - doações	3.2 e 12.1	322.634	320.461
Resultados transitados	12.2	2.638.201	1.565.310
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	3.11 e 12.3	160.174	250.282
		3.121.009	**2.136.053**
Resultado líquido do período		1.091.637	1.072.891
Total do capital próprio		**4.212.645**	**3.208.944**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	18.253	65.972
Outras dívidas a pagar	14	-	29.100
		18.253	**95.072**
Passivo corrente			
Fornecedores	15	77.139	35.472
Estado e outros entes públicos	8	62.973	131.106
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	45.748	42.361
Outras dívidas a pagar	14	118.442	106.013
Diferimentos	10	257.501	444.486
		561.803	**759.438**
Total do passivo		**580.056**	**854.510**
Total do capital próprio e do passivo		**4.792.701**	**4.063.454**

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos 2019	Períodos 2018
Vendas e serviços prestados	16	2.171.018	2.376.398
Subsídios à exploração	3.11	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(72)	(49)
Fornecimentos e serviços externos	17	(719.091)	(969.902)
Gastos com o pessoal	18	(703.966)	(700.657)
Imparidade de dívidas a receber (aumentos/ reduções)	3.15.3 e 7	24.600	(24.600)
Outros rendimentos	19	579.377	619.176
Outros gastos	20	(37.076)	(14.850)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.314.789**	**1.285.515**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(222.103)	(211.263)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**1.092.686**	**1.074.252**
Juros e rendimentos similares obtidos	21	1.709	2.713
Juros e gastos similares suportados	21	(2.757)	(4.074)
Resultados antes de impostos		**1.091.637**	**1.072.891**
Imposto sobre o rendimento do período	3.9 e 22	-	-
Resultado líquido do período		**1.091.637**	**1.072.891**

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade Monetária: euros

		Capital Próprio atribuído aos associados				
	Notas	Reservas – Doações e Mecenato	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
A 1 de Janeiro de 2018		**320.461**	**1.069.845**	**343.886**	**515.541**	**2.249.733**
Alterações no período						
Subsídios ao investimento recebidos		-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsídio ao investimento		-	-	(93.604)	-	(93.604)
Diminuições		-	(20.076)	-	-	(20.076)
Aplicação de resultados		-	515.541	-	(515.541)	-
		-	**495.465**	**(93.604)**	**(515.541)**	**(113.680)**
Resultado líquido do período		-	-	-	1.072.891	1.072.891
Resultado integral		**-**	**-**	**-**	**1.072.891**	**1.072.891**
A 31 de Dezembro de 2018		**320.461**	**1.565.310**	**250.282**	**1.072.891**	**3.208.944**
A 1 de Janeiro de 2019		**320.461**	**1.565.310**	**250.282**	**1.072.891**	**3.208.944**
Alterações no período						
Subsídios ao Investimento Recebidos		-	-	-	-	-
Reconhecimento de subsídios		-	-	(90.108)	-	(90.108)
Aumentos		2.173	-	-	-	2.173
Aplicação de resultados		-	1.072.891	-	(1.072.891)	-
		2.173	**1.072.891**	**(90.108)**	**(1.072.891)**	**(87.935)**
Resultado líquido do período		-	-	-	1.091.637	1.091.637
Resultado integral		**-**	**-**	**-**	**1.091.637**	**1.091.637**
A 31 de Dezembro de 2019	**12**	**322.634**	**2.638.201**	**160.174**	**1.091.637**	**4.212.645**

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3.5 e 7	2.441.234	2.355.198
Pagamentos a fornecedores	15	753.039	962.350
Pagamentos ao pessoal	18	703.966	700.657
Caixa gerada pelas operações		984.230	692.191
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	8	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	11	427.531	160.337
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**1.411.761**	**852.528**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	225.897	193.340
Investimentos financeiros	3.3 e 5	1.471	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	-	12.500
Investimentos financeiros	3.3 e 5	-	10.087
Juros, dividendos e outros rendimentos	21	1.709	2.713
Subsídios ao investimento	19	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(225.658)**	**(168.040)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 13	-	-
Outras operações de financiamento	3.6 e 11	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e13	44.332	37.410
Juros e gastos e similares	21	2.757	4.074
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(47.090)**	**(41.484)**
Variação de caixa e seus equivalentes		**1.139.013**	**643.004**
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6 e 11	2.104.777	1.461.773
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6 e 11	**3.243.790**	**2.104.777**

A Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC) foi criada como uma instituição privada sem fins lucrativos, em 21 de fevereiro de 1992.

Em março de 1993 a AMTC foi declarada instituição de utilidade pública.

A 18 de outubro de 1999 foi assinado o auto de cessão do Edifício por parte do Ministério das Finanças à Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, pelo período de vinte e cinco anos a contar da data de assinatura do auto e renovar-se-á por sucessivos e iguais períodos de dez anos se qualquer uma das outorgantes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com antecedência não inferior a três anos relativamente ao termos do prazo ou sua renovação.

Em 14 de dezembro de 2000 foi inaugurado oficialmente o Museu dos Transportes e Comunicações.

A Associação tem como fim:
a) a criação e manutenção de um Museu de Transportes e Comunicações, composto por coleções ou peças próprias ou que lhe sejam confiadas em depósito;
b) a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico, relacionadas com os transportes e comunicações;
c) a criação e manutenção de um centro de documentação sobre transportes e comunicações;
d) o desenvolvimento por todas as formas do interesse do público quanto à problemática dos transportes e das comunicações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 02 de março de 2020.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AMTC, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, em vigor à data de 31 de dezembro de 2019 tendo por base o princípio do custo histórico.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não se verificaram alterações de procedimentos das políticas contabilísticas pelo que as Demonstrações Financeiras são no seu todo comparável às do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vidas úteis
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	1 a 10 anos
Outras Ativos Fixos Tangíveis	1 a 10 anos

Refira-se que todos os itens do ativo fixo tangível associados ao Edifício e sua recuperação encontram-se a ser depreciados de acordo com o período remanescente consagrado no auto de cessão do Edifício celebrado com o Ministério das Finanças em 19 de outubro de 1999, com um período de vigência de 25 anos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido

Sofia Cavaco

e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

3.2. Doações recebidas

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

De modo a que seja possível a contabilidade espelhar de um modo verdadeiro e apropriado a natureza destes bens, esta rubrica encontra-se desagregada em: "Reservas de doação – Espólio", "Reservas de doação – Títulos", "Reservas de doação – Outros" e " Reservas de mecenato".

No encerramento das contas de 2019, a AMTC apresenta os seguintes valores:

	2019	2018
Reservas	**322.634**	**320.461**
Reservas de doação:		
Reservas de doação – Espólio	305.871	305.871
Reservas de doação – Títulos	9.590	9.590
Reservas de doação – Outros	2.173	-
Reservas de Mecenato:	5.000	5.000

3.3. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A AMTC avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitante a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a AMTC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição. Os inventários referem-se, essencialmente, a artigos de *merchandising* alusivos ao Edifício da Alfândega Nova do Porto, ao Museu dos Transportes e Comunicações e ao Centro de Congressos da autoria da *designer* Eugénia da Silva Cunha.

Desde a sua abertura que se tem verificado um reduzido volume de vendas não se antevendo uma alteração desta situação no futuro. Por uma questão de prudência contabilística, tal como vem prevista na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, registou-se no ano de 2011 uma imparidade pelo valor da totalidade do inventário. A mesma poderá ser revertida no futuro caso o Conselho de Administração considere que os fundamentos e pressupostos da mesma se tenham alterado.

Em agosto de 2010, um Contrato de Depósito e Compra e Venda à Consignação com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP através do qual, passamos a comercializar no nosso espaço designado por "loja" produtos relacionados com o "Vinho do Porto".

Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República no âmbito do núcleo expositivo do Museu dos Transportes e Comunicações dedicado aos carros dos Presidentes da República, denominado "O Motor da República – Os carros dos Presidentes", onde se encontra à venda o catálogo da exposição no regime das vendas à consignação.

Para além destes produtos temos ainda catálogos, canetas, lápis, porta-chaves, suporte de lápis e outros artigos.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.5. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

3.7. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:
(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AMTC possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A AMTC encontra-se isenta de IRC e imposto do selo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a AMTC tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AMTC divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Subsídios e apoios do Governo

A AMTC reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações no capital próprio ", sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a AMTC detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a AMTC não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a AMTC tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.13. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da actividade da AMTC. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMTC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1. Provisões

A AMTC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu em reservas de doação agrupou-se numa única conta de "Outros Ativos Fixos Tangíveis - Espólio" o valor que a AMTC tem vindo a contabilizar ao longo dos anos dentro desta natureza.

3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AMTC, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à AMTC.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.15.4. Especialização de gastos e rendimentos

A AMTC faz uma real estimativa dos encargos a suportar com férias, subsídio de férias e encargos relativos a 2019 e cuja regularização acontecerá no exercício subsequente.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2018

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2018						
Custo de aquisição	13.141.267	52.515	488.609	3.095.732	69.179	16.937.487
Depreciações acumuladas	(12.905.987)	(41.989)	(485.481)	(2.444.476)	-	(15.968.117)
Valor líquido	**235.280**	**10.527**	**3.128**	**651.256**	**69.179**	**969.370**
31 de Dezembro de 2018						
Adições	207.302	36.990	8.296	4.703	64.226	321.517
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(34.850)	-	-	-	(34.850)
Depreciação - exercício	(123.723)	(12.221)	(4.646)	(90.135)	-	(211.263)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	34.850	-	-	-	34.850
Valor líquido	**83.579**	**26.679**	**3.650**	**(85.432)**	**64.226**	**75.404**
31 de Dezembro de 2018						
Custo de aquisição	13.348.569	54.655	496.905	3.100.435	133.405	17.133.970
Depreciações acumuladas	(13.008.583)	(19.895)	(491.955)	(2.533.775)	-	(16.054.209)
Valor líquido	**339.986**	**34.760**	**4.950**	**566.660**	**133.405**	**1.079.761**

Sofia Carvalho

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2019

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2019						
Custo de aquisição	13.348.569	54.655	496.905	3.100.435	133.405	17.133.970
Depreciações acumuladas	(13.008.583)	(19.895)	(491.955)	(2.533.775)	-	(16.054.209)
Valor líquido	**339.986**	**34.760**	**4.950**	**566.660**	**133.405**	**1.079.761**
31 de Dezembro de 2019						
Adições	13.402	-	5.211	14.458	97.008	130.079
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	211.962	-	-	-	(211.962)	-
Depreciação - exercício	(115.442)	(12.756)	(5.773)	(88.132)	-	(222.103)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	**109.922**	**(12.756)**	**(562)**	**(73.674)**	**(114.954)**	**(92.024)**
31 de Dezembro de 2019						
Custo de aquisição	13.573.933	54.655	502.116	3.114.893	18.451	17.264.048
Depreciações acumuladas	(13.124.025)	(32.651)	(497.728)	(2.621.907)	-	(16.276.311)
Valor líquido	**449.908**	**22.004**	**4.388**	**492.986**	**18.451**	**987.737**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Nesta rubrica encontram-se registados os seguintes bens adquiridos em regime de locação financeira:

	2019		2018	
	Valor bruto	Am Acum	Valor bruto	Am Acum
Equipamento de Transporte	36.990	18.496	36.990	9.248
	36.990	**18.496**	**36.990**	**9.248**

5. Outros ativos financeiros

Estes ativos são constituídos por valores mobiliários que representam direitos sobre ativos reais, isto é, rubrica destinada à apresentação das quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e com caráter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente.

A 31 de dezembro de 2019, a AMTC reconhece nesta rubrica o valor de 1.971 euros referentes à subscrição de 100 títulos de capital do Crédito Agrícola no valor de 500 euros. O restante valor no montante de 1.471 euros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

6. Inventários

Os inventários da AMTC, por critérios de prudência, têm o valor zero na sequência da imparidade feita em 2011 e são constituídos por material à venda na loja mas cuja possibilidade de alienação é remota. Nos casos em que isso aconteça é feita a correspondente regularização do seu valor. Em 2017, houve um ajuste face às reais existências físicas, não se tendo registado quaisquer alterações desde então.

Assim, o detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está descriminado de acordo com a seguinte tabela:

	2019	2018
Mercadorias	18.966	18.966
Ajustamentos a inventários (imparidade)	(17.862)	(17.862)
Total inventários	**1.104**	**1.104**

7. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Descrição	2019	2018
Clientes	382.826	715.193
Clientes cobrança duvidosa	-	24.600
Perdas por imparidade acumuladas	-	(24.600)
Total saldo Clientes - correntes	382.826	715.193

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da cedência de espaços e comissões devidas sobre serviços de *catering* e audiovisuais prestados no âmbito da atividade normal do Centro de Congressos.

8. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos são os seguintes:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC – imposto corrente 2008 a 2010	145.934	-	145.934	-
IRC – imposto corrente 2011 a 2013	-	-	-	-
IRS - Retenção na fonte	-	7.935	-	7.716
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	42.102	-	110.220
Contribuições p/ seg. social e CGA	-	12.936	-	13.170
	145.934	**62.973**	**145.934**	**131.106**

Em fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 2º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2008/2010 no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor.
Em agosto de 2016, a AMTC procedeu de igual modo ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 3º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2011/2013 no valor global de 16.486,92 euros.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado.

No entanto, o Conselho de Administração continua a entender que este pagamento em nada afeta a capacidade da AMTC de exigir o ressarcimento destes montantes, sendo sua convicção que estes valores lhe serão devolvidos.

Não existem dívidas em mora a 31 de dezembro de 2019 ao Estado nem à Segurança Social.

No final de 2019, apurou-se um índice de pró-rata definitivo de 98%. Em 2018, este índice foi de 97%.

9. Outros créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é a seguinte:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos						
- Subsídios a receber	-	-	-	-	-	-
- Outros	608	-	608	2.137	-	2.137
Outros devedores e credores						
- Outros devedores	530	-	530	-	-	-
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	**1.138**	**-**	**1.138**	**2.137**	**-**	**2.137**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a AMTC tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2019	2018
Seguros	8.959	12.777
Outros serviços	19.242	144
Gastos a reconhecer	**28.201**	**12.921**
Faturação antecipada de cedências de espaços	257.501	444.360
Faturação antecipada de outros serviços	-	126
Rendimentos a reconhecer	**257.501**	**444.486**

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não realizados, como é o caso dos seguros.

Os rendimentos a reconhecer resultam dos contratos negociados com os clientes no âmbito da atividade da AMTC, faturados no ano de 2019 mas cujos eventos apenas se realizarão nos exercícios seguintes.

11. Caixa e depósitos bancários

11.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2019	2018
Caixa	1.146	1.657
Depósitos bancários	3.242.644	2.103.120
Caixa e equivalentes de caixa	**3.243.790**	**2.104.777**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	2019	2018
Numerário		
- Caixa	1.146	1.657
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	832.644	553.120
- Depósitos a prazo	2.410.000	1.550.000
	3.242.644	2.103.120
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	**3.243.790**	**2.104.777**

Os outros recebimentos/pagamentos apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa referem-se essencialmente a recebimentos/pagamentos de impostos, nomeadamente, Iva, Segurança Social e Retenções na Fonte.

12. Capital Próprio

12.1. Reservas - Doações

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

12.2. Resultados Transitados

Resultam dos resultados obtidos nos anos anteriores.

12.3. Ajustamentos e outras variações no Capital Próprio

A rubrica "Ajustamentos e outras variações no capital próprio" resulta da contabilização dos subsídios ao investimento de acordo com o reconhecimento da vida útil esperada dos respetivos equipamentos.

13. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final dos exercícios de 2019 e de 2018, é como se segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	36.747	-	36.747	32.761	42.485	75.246
Locações financeiras	9.001	18.253	27.254	9.600	26.619	36.219
	45.748	**18.253**	**64.001**	**42.361**	**65.972**	**108.333**

No decorrer de 2012, a AMTC contraiu um empréstimo de médio e longo prazo (empréstimos-quadro) através do BEI no valor global de 230.000 € para o qual a AMTC teve que apresentar uma garantia bancária através do Crédito Agrícola de igual montante. À data de 31 de dezembro de 2019 o valor em dívida é de 36.747 euros.

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como se segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de custos						
Férias, sub. Férias e enc	103.225	-	103.225	92.860	-	92.860
Outros acréscimos	15.217	-	15.217	13.153	-	13.153
Outras dívidas a pagar	**118.442**	**-**	**118.442**	**106.013**	**-**	**106.013**

15. Fornecedores

Descrição	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	(3.405)	(3.663)
Fornecedores correntes	80.544	39.135
Fornecedores	**77.139**	**35.472**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor apresentado em adiantamentos a fornecedores refere-se ao carregamento do contrato pré-ativo da conta da AMTC nos CTT- Correios de Portugal, SA.

Por sua vez, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se à produção do livro "Alfândega do Porto: 1869 – 2019", fornecimento de energia e ao Estudo do Impacto Socioeconómico do Complexo Económico-Cultural da Alfândega do Porto.

16. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	2019	2018
Vendas de Produtos		
Mercado interno	539	978
Sub-total	**539**	**978**
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Cedências de espaços	2.112.169	2.291.742
Exploração bar	19.512	19.512
Bilhetes de entrada	35.197	60.566
Quotizações	3.600	3.600
Sub-total	**2.170.478**	**2.375.420**
Vendas e prestações de serviços	**2.171.017**	**2.376.398**

17. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

		2019	2018
Trabalhos especializados	i)	153.237	49.482
Publicidade e propaganda	ii)	16.476	21.214
Vigilância e segurança		62.052	67.321
Honorários		75.724	80.694
Comissões	iii)	20.348	258.826
Conservação e reparação	iv)	117.528	119.751
Ferramentas e utensílios		16.443	10.355
Material de escritório		5.279	5.461
Eletricidade		100.650	165.731
Combustível		5.968	7.439
Água		17.625	17.990
Deslocações e estadas		10.053	10.853
Comunicação		20.544	23.767
Seguros		9.397	7.101
Despesas de representação		3.552	3.992
Limpeza, higiene e conforto		76.077	109.055
Outros		8.138	10.870
Fornecimentos e serviços externos		**719.091**	**969.902**

i) **Trabalhos especializados**: representam os serviços prestados por terceiros indispensáveis ao normal funcionamento da AMTC.

ii) Existe a preocupação de se continuar a apostar em ações de **publicidade e propaganda** com vista a uma melhoria na divulgação através de meios digitais, tais como, Página Web do Museu e do Centro de Congressos, *Facebook*, *Weblog*, *Twitter* e outros em detrimentos dos meios tradicionais.

iii) O valor a título de "**comissões**" pagas a empresas organizadoras de eventos apresenta uma forte diminuição face ao valor registado no ano anterior resultante da natureza da angariação dos eventos realizados.

iv) Os gastos com **conservação e reparação,** apesar de terem diminuído ligeiramente face a 2018, continuam a ter grande relevância, dada a natureza e dimensão do Edifício.

18. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2019 e 2018, foram os seguintes:

	2019	2018
Remunerações		
Pessoal	574.231	561.785
Encargos sociais		
Segurança Social	110.701	114.071
CGA	11.251	11.153
Seg. Acidentes de trabalho	3.236	8.364
Outros gastos com pessoal	4.547	5.284
Gastos com o pessoal	**703.966**	**700.657**

O número médio de funcionários em 2019 foi de 26 (2018: 25).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas, membro do conselho fiscal, ascendeu a 5.500 euros.

19. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

		2019	2018
Rendimentos suplementares		53.746	120.483
Comissões recebidas	i)	376.209	306.474
Prémio de parceria	ii)	50.000	50.000
Imputação de subsídios ao investimento	iii)	93.882	93.604
Regularizações da taxa do Iva pro-rata		1.661	12.089
Sinistros	iv)	2.253	12.571
Alienações ativos fixos tangíveis		-	12.500
Outros		1.626	11.455
		579.377	**619.176**

i) Rendimento obtido, na sua maioria, sobre os serviços de audiovisuais e *catering* angariados pelo Centro de Congressos.

ii) Rendimento recebido dos parceiros de *catering* como contrapartida de angariação de clientes.

iii) Rendimento reconhecido pela depreciação dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Capital Próprio.

Subsídio ao investimento	2019	2018
Saldo inicial	-	-
Imputação de subsídios a resultados	93.882	93.604
Reembolso de subsídios	-	-
Saldo final	**93.882**	**93.604**

iv) Rendimentos recebidos por contrapartida de danos ocorridos no Edifício e que foram compensados parcialmente pela carteira de seguros.

20. Outros gastos

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos	1.600	1.707
Donativos	-	-
Quotizações	10.872	12.782
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	-	-
Dívidas incobráveis	24.600	-
Outros	4	361
	37.076	**14.850**

21. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2019 e 2018 é como se segue:

	2019	2018
Gastos financeiros		
Juros pagos	2.757	4.074
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	1.709	2.713
	(1.048)	**(1.361)**

22. Imposto do exercício

A Administração Fiscal questionou a Associação relativamente à isenção ou não de IRC nas receitas provenientes do Centro de Congressos e da exploração do Bar. De forma a esclarecer esta questão o Conselho de Administração decidiu solicitar em Janeiro de 2009, um esclarecimento ao Diretor Geral dos Impostos sobre a interpretação da concessão do benefício de IRC.

No dia 11 de fevereiro de 2009 deu início uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 16 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

No dia 07 de dezembro de 2009, é rececionado pelos serviços da AMTC o Relatório de Inspeção Tributária nos termos do artigo 77º da LGT e artigo 62º RCPIT) onde os serviços da Direção de Finanças do Porto decidem manter as correções técnicas propostas no projeto de relatório, tendo originado Notas de Liquidação de IRC, acrescido de juros compensatórios no valor global de 48.532 euros.
Porém, no dia 22 de janeiro de 2010, a AMTC recebeu o despacho do Senhor Subdiretor-Geral datado de 26 de novembro de 2009, no qual é dito que "...os rendimentos prediais obtidos pela Associação com a cedência de espaços e respetivo mobiliário estão isentos de IRC".

No dia 08 de abril foi entregue na 2ª Repartição de Finanças do Porto a Reclamação Graciosa relativa ao processo de Execução Fiscal sobre liquidação de IRC dos exercícios 2005, 2006 e 2007 juntamente com uma garantia bancária emitida pelo BPI no montante de 59.963 euros.

Em novembro de 2010, procedeu-se à impugnação judicialmente.

No dia 07 de julho de 2011 deu início uma nova ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 23 de setembro de 2011, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, e à semelhança da 1ª inspeção, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o

seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

Em janeiro de 2018, a AMTC é notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a informar que a nossa impugnação referente ao processo de fiscalização dos exercício de 2011 a 2013 foi arquivado porque, não foi entregue pelo advogado em tempo útil, a procuração a testando a sua qualidade para agir como gestor de negócios

O Conselho de Administração entende que lhe assiste razão, tendo efetuado impugnação judicial desta notificação, se necessário, continuando a não considerar necessária a constituição de qualquer provisão para este efeito.

Referimos que no dia 06 de fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento dos montantes relativos ao 2º processo de Execução Fiscal no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor.

Por sua vez, no dia 25 de fevereiro de 2016 iniciou-se a 3ª ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 17 de maio de 2017, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

Há semelhança dos anos anteriores e apesar do Conselho de Administração entender que lhe assiste razão, pagou a nota de cobrança respectiva no valor 16.486,92 € e efectuou a impugnação judicial no dia 24 de novembro de 2016.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a informar que a nossa impugnação referente ao processo de fiscalização dos exercício de 2011 a 2013 foi arquivado porque, apesar de notificado, o advogado não entregou em tempo útil, a procuração atestando a sua qualidade para agir a título de gestor de negócios.

No entanto, o Conselho de Administração entende que esta situação em nada afeta a recuperação futura destas verbas, tendo sido já feitas diligências nesse sentido.

A AMTC não registou qualquer valor relativo a imposto diferido ativo resultante dos prejuízos por considerar que se encontra isenta de IRC.

23. Partes relacionadas

A AMTC tem diferentes categorias de Associados: efetivos, institucionais, promotores e honorários, tal como vem previsto no artigo 4º dos seus Estatutos, os orgãos sociais desta Associação, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são nomeados pelos associados. Assim, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são considerados como partes relacionadas da AMTC.

A AMTC, nos exercícios de 2019 e 2018, teve transacções (sem iva) e saldos com as seguintes entidades relacionadas:

Partes relacionadas:	NIF:	Transações		Saldos devedores a 31 de Dezembro	
		2019	2018	2019	2018
IPATIMUP	502 246 308	4.552	-	-	-
Confraria do Vinho do Porto	501 941 460	6.912	-	-	-
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	600 076 300	234	12.560	-	-
Douro Azul, Sociedade Marítimo- Turística, S.A.	503 416 436	11.831	27.182	1.230	5.141
Autoridade Tributária e Aduaneira	600 084 779	6.680	7.920	946	506
Universidade do Porto	501 413 197	4.580	9.874	-	-
The Fladgate Partnership Vinhos S.A.	503 818 127	30.488	5.072	-	-
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	500 498 601	38	1.481	-	35
Out of the Wall, S.A.	514 268 220	43.333	23.000	-	-
Câmara Municipal do Porto	501 306 099	122.754	14.600	-	-
MysticInvest Holding, S.A.	514 310 286	2.400	-	2.952	-

24. Eventos subsequentes

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2019 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

Porto, 02 de março de 2020.

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.20161396
Contribuinte nº.502 138 394

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "**Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações**" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total 4.792.701 euros e um total de capital próprio de 4.212.645 euros, incluindo um resultado líquido de 1.091.637 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade, tal como descrito nas notas 8 e 22 do anexo, mantém um diferendo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC, no montante de 145.934 euros, mantendo-se a convicção da recuperabilidade desse montante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.20161396
Contribuinte nº.502 138 394

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "**Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações**" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total 4.792.701 euros e um total de capital próprio de 4.212.645 euros, incluindo um resultado líquido de 1.091.637 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade, tal como descrito nas notas 8 e 22 do anexo, mantém um diferendo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC, no montante de 145.934 euros, mantendo-se a convicção da recuperabilidade desse montante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 02 de março de 2020

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. nº.1314 – ROC Executor
Registo na CMVM nº.20160924

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177
Registo na CMVM nº.20160037

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em conformidade com o preceituado na Lei e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foram preparados e lhes foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração da **"ASSOCIAÇÃO PARA O MUSEU DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" (Associação).**

Ao longo do exercício, acompanhámos a atividade da Associação, especialmente através da verificação dos registos contabilísticos, documentação de suporte e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Realizámos ainda testes e outros procedimentos relativamente aos bens e valores da Associação, mantendo o contacto com o Conselho de Administração e com os demais Serviços, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

O exercício de 2019, a exemplo do já acontecido no exercício transato, fica marcado pelos excelentes resultados obtidos pela Associação, tal facto ficou a dever-se ao valor mais elevado alguma vez registado de receitas provenientes da cedência de espaços, situação com que nos congratulámos e seguramente permitirá a manutenção e até o reforço dos investimentos na infraestrutura e nos serviços que, esperamos, continuem a merecer os elevados índices de satisfação dos clientes.

Acompanhámos a evolução do processo negocial que decorre entre a Associação e a Infraestruturas de Portugal, EP, sobre a concessão da área do parque de estacionamento nascente, mantendo-se a circunstância de, a não se concretizar a renovação da mencionada concessão ou outra qualquer modalidade que permita manter a capacidade do aparcamento existente, poderem vir a existir condicionamentos na qualidade da oferta da Associação.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que a Associação utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Rua Nova da Alfândega Edifício da Alfândega 4050-430 Porto Portugal · tel +351 22 340 30 00 · fax +351 22 340 30 99 · www.amtc.pt

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria, sem reservas, mas com uma ênfase relacionada com um diferendo com a Autoridade Tributária, preparado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, os quais mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Associação pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, somos de Parecer:

1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2019;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 06 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL

Albino Jorge da Sousa e Silva - Presidente

José Paulo Jesus Ferreira – Vogal
em representação da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. nº.1314 – ROC Executor
Registo na CMVM nº.20160924

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177
Registo na CMVM nº.20160037

Alfândega
do Porto